

**Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda.  
– em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras  
referentes ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	540	448	Fornecedores	3	42.233	106.604
			Tributos a recolher		395	24.058
			Total dos passivos circulantes		<u>42.628</u>	<u>130.662</u>
			NÃO CIRCULANTES			
			Partes relacionadas	4	93.298	648
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	5		
			Capital social		968.664	968.664
			Prejuízos acumulados		<u>(1.104.050)</u>	<u>(1.099.526)</u>
			Total do patrimônio líquido negativo		<u>(135.386)</u>	<u>(130.862)</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>540</u>	<u>448</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>540</u>	<u>448</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(10.225)	(9.951)
Outras despesas		-	264.040
Total	6	<u>(10.225)</u>	<u>254.089</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	7	5.701	(17.726)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(4.524)</u>	<u>236.363</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído	5.3	(0,005)	0,250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.524)	236.363
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>(4.524)</u></u>	<u><u>236.363</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		937.809	(1.335.889)	(398.080)
Aumento de capital	5.2	30.855	-	30.855
Lucro do exercício		-	236.363	236.363
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>968.664</u>	<u>(1.099.526)</u>	<u>(130.862)</u>
Prejuízo do exercício		-	(4.524)	(4.524)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5	<u>968.664</u>	<u>(1.104.050)</u>	<u>(135.386)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.524)	236.363
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(64.371)	(280.456)
Tributos a recolher		(23.663)	24.058
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(92.558)</u>	<u>(20.035)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	5	-	19.735
Partes relacionadas		<u>92.650</u>	<u>648</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>92.650</u>	<u>20.383</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>92</u>	<u>348</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		448	100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		540	448
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>92</u>	<u>348</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
Valores expressos em Reais

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Grupo Renova. A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente parque eólico, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$4.524, possui prejuízos acumulados de R\$1.104.050 (2018, R\$1.099.526), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$42.088 (2018, R\$130.214) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos e manutenção de suas atividades.

Considerando a situação financeira do Grupo Renova, em 16 de outubro de 2019 a Renova Energia e determinadas controladas, o que inclui a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento do Grupo Renova, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelo Grupo Renova.

Em 17 de dezembro de 2019 o Grupo Renova protocolou o seu plano de recuperação judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais

medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica-financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a controladora Renova Energia celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* ("DIP") de R\$36.500, sendo R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Ainda, em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta vinculante de financiamento para a conclusão das obras do seu Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes do Grupo Renova, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes.

O plano de recuperação judicial do Grupo Renova encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em junho de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 16 de abril de 2020.

### 2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

##### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

##### b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 4).

##### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

#### 2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.4 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia realizou um trabalho interno e não foram identificados impactos para a adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

Há normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## 3 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores incluem valores referentes a negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.

## 4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Adiantamento para futuro aumento de capital aportado pela controladora Renova Energia na Companhia, no montante de R\$93.298 (2018, 648) e que deverá ser capitalizado quando da aprovação do plano de recuperação judicial.

## 5 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$968.664 e está dividido em 968.664 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 5.2 Aumento de capital

No exercício de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou dois aumentos de capital:

1. Em 30 de abril de 2018: aumento de capital no montante de R\$11.617, mediante a emissão de 11.617 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$4.310 e (ii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$7.307.
2. Em 3 de dezembro de 2018: aporte no valor de R\$19.238, mediante a emissão de 19.238 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

### 5.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.524)	236.363
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em reais)	968.664	947.083
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,005)</u>	<u>0,250</u>

## 6 DESPESAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Impostos e taxas	10.225	9.951
<u>Outras despesas</u>		
Reversão de despesas <sup>1</sup>	-	(264.040)
Total	<u>10.225</u>	<u>(254.089)</u>

1. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de realização.

## 7 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos <sup>1</sup>	6.109	(17.374)
Despesas bancárias	<u>(408)</u>	<u>(352)</u>
Total	<u><u>5.701</u></u>	<u><u>(17.726)</u></u>

1: Reversão de juros anteriormente provisionados.

## 8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	540	448	540	448
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	42.233	106.604	42.233	106.604
Não circulante				
Partes relacionadas	93.298	648	93.298	648

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019		31/12/2018	
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	540	-	448	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	42.233	-	106.604
Não circulante				
Partes Relacionadas	-	93.298	-	648

## c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

## d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo no exercício e possui prejuízos acumulados relevantes, e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na nota 1 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

## 9 EVENTOS SUBSEQUENTES

## 9.1 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia e sua controladora estão acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora implementaram uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA